

Despesa

Conselho da Corrupção quer menos ajustes directos no Estado

As entidades públicas devem evitar o recurso à contratação por ajuste directo e quando o fazem devem consultar as propostas da concorrência. Esta é uma recomendação aprovada ontem pelo Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) e que vai ser enviada aos órgãos inspectivos e de fiscalização da Administração Pública. Ao Diário Económico, o secretário-geral do CPC, José Tavares, justifica que 25% a 30% da despesa pública nos estados-membros da União Europeia resulta de contratos públicos. Tavares acrescenta que "há um recurso exagerado à figura do ajuste directo", sendo este "um dos principais casos de recusa de visto prévio por parte do Tribunal de Contas". De acordo com as informações do Portal Base (que publica os contratos lançados na Administração Pública), 45% dos contratos públicos lançados no ano passado foram por ajuste directo (atingindo os 1.762 milhões de euros). Os ajustes directos pesam até mais do que os contratos lançados através de concurso público, que valiam 43% do total de contratos públicos. José Tavares explica que a contratação pública e os ajustes directos são uma área de

"alto risco", onde "há riscos de corrupção". Este responsável acrescenta que, com esta recomendação, o CPC "não vem dizer que não pode haver ajuste directos", mas sim que a "fundamentação para a escolha do adjudicatário tem de ser reforçada" e que "deve ser consultado mais do que um concorrente". Tavares reconhece que as recomendações "não são obrigações", mas defende que dão a quem as recebe "uma responsabilidade agravada" que será considerada se algo correr mal. **M.M.O.**

REGRAS DO AJUSTE DIRECTO

- Os contratos de aquisição de serviços até 75 mil euros podem ser feitos através de ajuste directo, um limite que aumenta para 150 mil euros no caso de empreitadas de obras públicas.
- Podem ainda ser feitos por ajuste directo os contratos cujos concursos públicos ficaram vazios.
- Quando existe apenas uma empresa que vende ou presta o bem ou serviço que a Administração Pública quer obter o contrato pode ser feito por ajuste directo.